

Sombra e/ou esquecimento: Visões historiográficas de um diplomata português do Oitocentos.

DEBORA CRISTINA ALEXANDRE BASTOS E MONTEIRO DE CARVALHO*

Nascido em 1762, D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, primeiro Conde e Marquês de Funchal, foi um diplomata português. Filho de D. Francisco Inocêncio (1725-1781) e Dona Anna Luisa Joaquina Teixeira de Andrade e Menezes (1731-1778). Afilhado do Marquês de Pombal, cursou Direito Civil na Universidade de Coimbra, formando-se em 1781¹ (MONTEIRO, 2005). Iniciou sua carreira na diplomacia em 1788 quando foi enviado para a corte de *Copenhague*, na Dinamarca. Em 1796 foi enviado a Turim onde sucedeu seu irmão, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Em 1803, foi embaixador ordinário e ministro plenipotenciário em Londres. O período no qual D. Domingos assumiu a embaixada portuguesa em Londres coincidiu com o ápice dos conflitos internacionais decorrentes da expansão napoleônica. Foi também neste período que recebeu o título de Conde de Funchal em 8 de junho de 1808. Já no fim de sua carreira, voltou à Londres onde morreu em 1833.

Foi um anglófilo convicto diante na cisão interna da Corte portuguesa dividida entre os partidos francês e inglês, sendo o primeiro liderado por Antônio de Araújo de Azevedo enquanto o segundo por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, irmão de Domingos na virada do século XVIII para o XIX. Em 1810, Antônio de Araújo de Azevedo escreveu uma representação à Sua Majestade fazendo acusações contra os irmãos Sousa Coutinho. Anos mais tarde, em 1820, D. Domingos publicou sua defesa de D. denominada: *Resposta Pública à denúncia secreta que tem por título “Representação que a sua majestade fez Antônio de Araújo de Azevedo, em 1810”*. Além de Antônio de Araújo de Azevedo, D. Domingos também foi desafeto de Hipólito da Costa, editor do impresso *O Correio Braziliense*, como veremos mais a frente.

Minha aproximação com este personagem teve início em minha dissertação de mestrado que focou na participação de D. Domingos nas negociações portuguesas com a Inglaterra na Convenção Secreta de Londres de 22 de novembro de 1807, na abertura dos portos em 1808 e nos tratados de 1810 (CARVALHO, 2011).

Embora autor de vasta produção intelectual (memórias, opúsculos, quadros políticos, etc) e de intensa correspondência epistolar, em função dos diversos cargos que ocupou na diplomacia portuguesa, sua trajetória de vida e sua atuação diplomática permanecem ainda

* Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestre e doutoranda em História. Agência Financiadora: CAPES.

¹ NUNO, Gonçalo Monteiro. Banco de dados realizado pelo Professor Nuno Gonçalo Monteiro que resultou no artigo MONTEIRO, Nuno GONÇALO e CARDIM, Pedro. *La Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen*. Perfil sociológico y trayectorias. *Cuadernos de Historia Moderna*, 2005, 30, 7-40.



pouco conhecidas, tendo recebido até agora pouca atenção por parte da historiografia tanto brasileira quanto portuguesa. Situação bastante diferente se tomarmos por comparação os estudos minuciosos sobre dois de seus irmãos.

Dois pontos, no entanto, fizeram-me interessar por uma pesquisa que tivesse como foco D. Domingos. O primeiro deles é que após a pesquisa sobre sua participação nos eventos de 1807 a 1810, pude perceber que, mesmo citado em muitos estudos, ele sempre aparece “à sombra”, especialmente, do seu irmão D. Rodrigo, o Conde de Linhares. Neste caso se enquadram alguns estudos. O principal deles, trata-se do estudo realizado não por um historiador, mas sim, por um de seus descendentes, Agostinho de Sousa Coutinho (1866-1923), o 3º marquês do Funchal, que escreveu uma biografia do Conde Linhares (FUNCHAL, 1908), texto publicado também no Brasil pela Comissão Interna Comemorativa do Bicentenário da Imprensa Nacional em 2008

A comunicação que aqui se apresenta é parte de um estudo que tem como objetivo primeiro desenvolver a biografia de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho. Contudo, no desenvolvimento desta pesquisa, tornou-se interessante conjecturar como ele é visto pela historiografia, qual lugar que ele ocupa nesta.

Além de toda uma produção historiográfica que o utiliza com seus diferentes objetivos, acredito que os textos memorialísticos também dialogam com os estudos que o citam, devido a isso, trouxe algumas memórias de seus contemporâneos, que serão apresentadas no próximo tópico.

1. Nas Memórias de seus contemporâneos.

Embora não sejam estudos historiográficos, alguns dos contemporâneos de D. Domingos dedicaram algumas linhas a ele em suas memórias. Podemos citar, pelo menos três, o tempo despendido a ele varia conforme a vivência que cada um tinha, são eles, José Liberato Freire de Carvalho, Almeida Garrett, Marquês da Fronteira, além do escritor francês Stendhal.

Os caminhos de D. Domingos e José Liberato se cruzaram devido ao periódico *O Investigador Português na Inglaterra*. Criado em 1811, tinha como principal objetivo rebater às críticas feitas, principalmente, por Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*. Tal periódico contou primeiramente como redatores Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Miguel Caetano de Castro, entre os anos de 1811 e 1814. Foi a partir de 1814 que passou a contar com a colaboração de José Liberato Freire de Carvalho. A redação

principal do Investigador ficou sob sua responsabilidade por alguns anos, a contar de sua chegada a Londres. O antigo redator do periódico, Dr. Abrantes, precisava rapidamente de um sucessor, sendo a vaga ocupada por Liberato. (CARVALHO, 1855) A aproximação de D. Domingos com Liberato era primordial visto seu interesse em ditar as regras no periódico. Sobre os primeiros momentos com D. Domingos, disse Liberato:

Seguia-se o ir apresentar-me ao Conde de Funchal, o que logo fiz, acompanhado pelo Dr. Abrantes. Elle recebeo-me com muita affabilidade, e com as maneiras mais cortezes, porque sabia quem eu era, e não entrava na classe dos simples aventureiros. Era aquelle o nosso embaixador, bem que de figura externa pouco gentil, homem muito instruído, de maneiras agradáveis, e até engraçadas, (...) (CARVALHO, 1855, p. 131)

Ainda sobre estadia em Londres Liberato diz:

Ia jantar algumas vezes com o Abrantes e sua mulher, que sempre me tratava com toda a bondade, e outras com o Conde de Funchal, que começou a mostrar-me muita afeição, e queria que frequentemente o fosse ver, e jantar com ele, oferecendo-me até a sua carruagem para me conduzir, porque eu vivia um pouco longe da casa da embaixada(...).Em sua casa, e particularmente aos domingos, dias, em que ali se juntavam quase todos os portugueses, que viviam em Londres para cumprimentarem o embaixador, e ouvirem missa na capela da embaixada (...). A capela portugueza nessa época era um brilhante lugar de reunião, até muitos ingleses distintos, porque não sendo permitido então aos católicos ter Capelas ou Igrejas, (...), só as havia nas casas dos embaixadores (...) (IDEM, p. 135)

Domingos tinha um bom relacionamento em Londres, o que fica claro na citação anterior quando José Liberato fala da presença de ingleses distintos na casa do embaixador aos domingos, apesar de os portugueses terem na embaixada um local para o culto católico, o mesmo não era obrigatório aos ingleses, dessa forma, imagina-se que o local era agradável à presença de todos. Após a assinatura dos tratados de 1810, D. Domingos perdeu seu prestígio depois de sucessivas críticas às suas tomadas de posição em relação à corte e foi convidado a se retirar da embaixada inglesa.

Aproximava-se o tempo de ser o Conde de Funchal expulso da embaixada, na qual parecia depois de tantos anos estar calado; mas tinha mudado a política do governo do Rio de Janeiro, e também lhe devia chegar a sua vez, assim como todas as coisas humanas, ainda as que parecem mais firmes. O Conde de Linhares, seu irmão, tinha perdido todo o prestígio depois dos infaustos tratados com a Inglaterra, um de comércio, outro de aliança, ambos com a data de 1810. Seus inimigos políticos, à testa dos quais estava o Conde da Barca, a quem ali havia suplantando, serviram-se particularmente destes dois tratados para desacreditar a sua política; e neste caso perdendo o Conde de Linhares

toda a sua influência no Rio de Janeiro, era conseqüente que seu irmão Conde de Funchal, também perdesse em Londres, porque debaixo da influencia destes dois irmãos aqueles dois tratados se tinham feito e assinado (CARVALHO, 1855).

No momento de sua saída da corte Londrina, D. Domingos ainda gozava de grande prestígio perante a coroa inglesa, fato que fica claro em 1814 quando se fez uma grande festa na qual estava presente o Príncipe Regente inglês. Segundo Hélio Viana, “conseguiu gozar do prestígio na corte inglesa, onde muito o estimava o príncipe-regente, depois Jorge IV”. (VIANA, 1957). Sobre isso José Liberato complementa:

A quem ele mais familiarmente tratava, porém ao mesmo tempo sem faltar a toda etiqueta de uma rigorosa civilidade, era o Conde de Funchal, a quem ele denominava o seu Sousa. (...) De estatura mui pequena como era, mal feito de corpo, e ainda mais de figura, (...) representava um papel tão fora do comum, que parecia interessar muito o Príncipe, que dele muito gostava. (CARVALHO, 1855, P. 150-151)

Outro contemporâneo falou dos traços físicos de D. Domingos, Hélio Viana retoma a partir do texto de Carlos de Passos sobre o Marquês de Fronteira a seguinte descrição: “Anão macrocéfalo, de grande “fealdade”, embora muito cavalheiro e amável” (VIANA, 1957). Em suas memórias, o Marquês da fronteira ao narrar sua primeira ida à casa de Funchal quando de sua estadia em Roma, o descreve da seguinte maneira:

pouco depois, apareceu o bom do Conde de Funchal, que era um perfeito anão, com a cabeça enorme e a cara mais feia e irregular que tenho visto, trazendo uns incríveis óculos verdes como entrolhos, empoado, com grande castanha cahindo sobre a farda, grande uniforme de gala de embaixador que era riquíssimo, calção, meia e sapato, e seu chapéu branco de abas largas verdes (...) (FRONTEIRA, v.2, p.79).

Aos mesmo que sua “mal feitura de corpo” era lembrada suas “maneiras mais cortezes” eram recorrentemente exaltadas. A partir das memórias do Marquês da Fronteira é possível ter uma visão cotidiana da vida D. Domingos em Roma. Bem como José Liberato, o Marquês da Fronteira também destacou a maneira cortesão de D. Domingos se portar. Sendo que o primeiro se referia à Corte de Londres e o segundo a de Roma. Qualidade destacada ainda por Stendhal em suas memórias em *Promenades dans Rome* (SILVA, 2015). Sua presença singular nos salões é retomada nas falas destes contemporâneos. Para o francês, Domingos “(...)É um



espírito singular que caça o tédio de um salão, mesmo o diplomático (e que sabia falar de tudo um pouco que também o faz sujeito habitual da conversação)”. (SILVA, p.107)

Almeida Garrett, segundo Hélio Viana, teria traçado um perfil pitoresco do Conde de Funchal em sua obra “Viagens na minha terra”. (VIANA, 1957). Designado como Marquês do F., Garrett diz sobre Funchal:

Conheci-o em Paris nos últimos tempos da sua vida, já octogenário ou perto disso: deixava a sua carruagem inglesa toda molas e confortos para ir passear num certo cabriolé de praça que ele tinha marcado pelo seco e duro movimento vertical com que sacudia a gente. Obrigou-me um dia a experimentá-lo: era admirável. Comunicava-se da velha horsa normanda aos varais, e doas varias à concha do carro, tão inteiro e tão sem diminuição o choito do execrável Babioca! Nunca vi coisa assim. O Marquês achava-lha propriedades tonipurgativas, eu classifiquei-o de violentíssimo drástico. Foi um dos homens mais extraordinários e o português mais notável que tenho conhecido, aquele fidalgo. Era feio como o pecado, elegante como um bugio, e as mulheres adoravam-no. Filho segundo, vivia dos seus ordenados nas missões por que sempre andou, tratava-se grandiosamente, e legou valores consideráveis por sua morte. Imprimia uma obra sua, mandava tirar um único exemplar, guardava-o e desanchava as formas. Não acabo se começo a contar histórias do Marquês de F. (GARRETT,)

Interessante perceber que em tais memórias, D. Domingos aparece quase sempre atrelado a uma nostalgia de bons tempos vividos. Importa aqui perceber que essas memórias foram utilizadas como fonte para a realização de alguns trabalhos que serão apresentados nos próximos tópicos.

2. Abordagens biográficas sobre D. Domingos.

Neste tópico, trago alguns autores dedicaram-se a pesquisar um pouco sobre D. Domingos. Com um estilo um tanto quanto biográfico, podemos citar pelo menos três autores que trazem tais informações sobre o diplomata, são eles: Hélio Vianna, Afonso Eduardo Martins Zuquete e Argeu Guimarães.

Hélio Vianna foi um jornalista, historiador, militar que se dedicou a dois pontos que o ligam à trajetória de D. Domingos, a história da diplomacia e o interesse pela biografia. Vianna escreveu, entre outras biografias, a de Capistrano de abreu (VIANNA, 1955). Dois anos depois, dedicou-se a escrita de um artigo publicado no Jornal do Comércio de 1957 que posteriormente foi transcrito na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e que tem como título: *Um*



diplomata português neto de brasileira – D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, Conde e Marquês do Funchal. No início deste artigo Hélio faz a seguinte afirmação:

No difícil período histórico que foi o final do XVIII e primeiros decênios do seguinte, para a passagem das ideias absolutistas e autoritárias do Marquês de Pombal às da Revolução francesa e do posterior constitucionalismo liberal, contaram Portugal e o Brasil com toda uma geração de bacharéis, licenciados e doutores saídos da recém reformada Universidade de Coimbra e de outras da Europa. Foi ela quem forneceu os estadistas, diplomatas e cientistas, muitos dos quais brasileiros de nascimento, necessários às subsequentes transformações sociais. Um deles, dos mais interessantes, porém dos menos conhecidos, foi D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, 1º Conde e Marquês do Funchal. (VIANNA, 1957).

O fato de Funchal ser um dos menos conhecidos, como dito por Hélio Vianna, despertou-me ainda mais o interesse em biografá-lo. O artigo de Hélio Viana, apesar de não ser muito extenso, mobiliza uma série de fontes sobre Funchal. Sabe-se, como dito anteriormente, do interesse que o autor tinha sobre as temáticas diplomacia e biografia, no entanto, não se pode afirmar o que o motivou a realizar tal pesquisa que foi publicada no jornal do Comércio. Fato é que Vianna tinha acesso aos acervos por ele mencionados. Dentre os quais estão os códices de quadros políticos no Arquivo do Itamaraty, as memórias de José Liberato Freire de Carvalho, do Marquês da Fronteira, e um deles, em especial, havia sido doado ao IHBG composto por pastas de missivas trocadas por D. Domingos, seu irmão Rodrigo e Lord Strangford. Correspondências estas que Hélio Vianna denominou como sendo de cunho particular. Tal *corpus documental* foi adquirido por Enrique Ruiz-Guinazu, argentino, que havia sido ministro das relações exteriores da Argentina e embaixador no Rio de Janeiro.

O título do artigo de Viana leva o foco para a descendência brasileira de D. Domingos já que este era bisneto de Matias Barbosa da Silva, também conhecido como o “cabeça de ferro”, avô de D. Anna Luísa, mãe de D. Domingos. Matias Barbosa após a prestação de serviços à Coroa ligada às disputas entre Portugal e Espanha pela possessão da Colônia do Sacramento, em 1680, recebeu uma sesmaria que, posteriormente, se transformou no distrito de Matias Barbosa, na capitania de Minas Gerais, acumulando riquezas no período do auge da extração de ouro e diamantes (SANTOS, 2002).

Dois outros autores trataram com teor biográfico D. Domingos, Afonso Zuquete e Argeu Guimarães. O primeiro tinha como foco a Nobreza do Brasil e de Portugal, enquanto o outro desenvolveu um dicionário Bio-Biográfico Brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional.

Afonso Zuquete dedicou-se em três volumes a falar da nobreza de Portugal e do Brasil, português, era um estudioso da genealogia e da heráldica. Em seu texto, o autor traz algumas informações biográficas sobre D. Domingos tais como nascimento, morte, filiação. Além de denotar que D. Domingos era anglófilo. Contudo, Zuquete teve também um cuidado em focar nos diversos opúsculos escritos por D. Domingos. Neste texto, Zuquete deixa claro que o Conde de Funchal utilizava de diversos pseudônimos para escrever e enviar artigos para periódicos. Aliás, no Instituto histórico geográfico brasileiro no Rio de Janeiro foi possível identificar pelo menos dois de seus pseudônimos: R. da C. Gôuvea e Jacob Mathes. Dessa forma, diz Zuquete: “Foi autor de numerosos opúsculos sobre assuntos diplomáticos e políticos, dos quais alguns publicados sob pseudônimo.” (ZUQUETE, 1989, VOL 2)

Já Argeu Guimarães detalha sobre sua carreira diplomática tendo como fio condutor o *corpus documental* que se encontra, principalmente, no Arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro. Enumerando, desta forma, alguns dos documentos de autoria de D. Domingos. Dentre eles podemos destacar os quadros políticos de D. Domingos remetidos de Londres, divididos em três códices entre os anos de 1810 a 1818. Além do opúsculo denominado Resposta Pública à denúncia secreta que tem por título “Representação que a sua majestade fez Antônio de Araújo de Azevedo, em 1810” que havia sido assinado por R. da C. Gouvea. Guimarães fala ainda sobre hábito de D. Domingos de utilizar os pseudônimos dizendo:

Para Innocencio o nome indicado é disfarce mal enconberto do próprio Funchal, que teria escripto esse opúsculo de defesa à denuncia que, contra elle e seu irmão o Conde de Linhares, foi formulada pelo Conde da Barca. (GUIMARÃES, 1938, P. 189)

Ao que tudo indica, Hélio Viana se valeu das duas obras acima citadas na construção do artigo sobre D. Domingos, além das memórias citadas no tópico anterior. E vale ressaltar que estas dão pistas muito interessantes a quem pretende pesquisar D. Domingos.

3. D. Domingos na historiografia.

Sobre o período em que D. Domingos viveu podemos encontrar uma grande produção historiográfica. Produção esta que o traz mesmo que de uma forma indireta. A intenção neste tópico é perceber como a historiografia aborda D. Domingos. D. Domingos, como dito anteriormente, teve pelo menos, dois desafetos principais: Antônio de Araújo de Azevedo, o Conde da Barca e o editor do Correio Braziliense, Hipólito da Costa. O primeiro partidário dos

franceses na cisão da corte portuguesa enquanto o segundo, assim como D. Domingos, era partidário dos ingleses.

Conhecido que era o desafeto entre Hipólito da Costa e D. Domingos é possível buscar na historiografia este capítulo da vida dele através de obras escritas sobre Hipólito da Costa. No entanto, neste capítulo não apenas estes figuravam, um terceiro ator participava deste embate, o irmão de D. Domingos, Rodrigo de Sousa Coutinho que um dia havia sido amigo de Hipólito da Costa.

A historiadora Nívea Pombo dos Santos trata sobre início das animosidades entre estes três personagens. Em 1798, Hipólito foi encarregado por D. Rodrigo a fazer uma viagem aos Estados Unidos para estudar métodos de cultivo que fossem aplicáveis no Brasil. Até então, os dois cultivavam uma amizade. Alguns anos depois, partiu para uma viagem a Londres onde acabou se aproximando da maçonaria inglesa. Quando voltou a Lisboa, em 1802, Hipólito foi preso por Pina Manique, acusado de exercer atividades maçônicas, passando três anos preso na capital portuguesa. (SANTOS, 2002, p. 168)

A visibilidade alcançada pela viagem realizada por Hipólito da Costa a Londres para tratar de questões relativas à maçonaria lusitana acabou por tornar conflituosa sua amizade com D. Rodrigo, resultando na expedição de seu mandato de prisão. Segundo José Liberato, isso aconteceu devido às relações públicas que Hipólito passou a ter com a maçonaria inglesa. Fato que não teria agradado o então Ministro de Estado. D. Rodrigo haveria dito: *estou mal com Hipólito, porque tem me comprometido com esta gente. Sei que o que mais tem feito em Londres é frequentar as lojas maçônicas; hei de mandá-lo prender assim que chegue a Lisboa.* (IDEM, p.41).

Ao trazer o início da relação conflituosa entre D. Rodrigo e D. Domingos a historiadora nos proporciona também a colocação de D. Domingos neste momento. A chave que liga D. Domingos a D. Rodrigo e Hipólito da Costa também foi abordada por outro autor, Evaldo Cabral de Mello, em seu “Imenso Portugal” traz como ponto de aumento da animosidade entre os três personagens os tratados de 1810 negociados pelos irmãos Sousa Coutinho. Firmados tais tratados, os descontentamentos com o Governo Português tiveram em Hipólito José da Costa, editor do periódico *Correio Braziliense*, seu principal representante. O jornalista publicou os tratados e criticou vários de seus artigos. Segundo Evaldo Cabral de Mello, o tratado com a Inglaterra teria desiludido o jornalista e redator do *Correio Braziliense* no que se referia às vantagens que o Brasil poderia conseguir no comércio internacional. (MELLO, 2002, p. 50-51)

O *Correio Braziliense*, que foi definido por D. Domingos como sendo uma: “Terrível invenção de um jornal português em Inglaterra”, foi palco de diversos embates entre D. Domingos e Hipólito (PAULA & LIMA, 2002). Muitas foram as tentativas de D. Domingos de abafar tal impresso. Ele tentou, primeiramente, de forma mais amena, combater o Correio, tentando um processo sobre calúnias. O que não surtiu o efeito desejado por ele: “sendo muito difícil neste país fixar o que é libelo, e procurando quase sempre os juízes escusar os réus em favor da liberdade de imprensa, este homem irritado escreverá coisas que farão muito dano, e não será castigado, nem se pode mandar para fora de Inglaterra”.² O que também é abordado por Carlos Rizzini em “Hipólito da Costa e o Correio Braziliense” (RIZZINI, 1957). Rizzini aborda mais minuciosamente a abordagem de D. Domingos a Hipólito com o intuito de combater o correio Braziliense. Segundo o autor, Domingos não tinha motivo para tanto, já que por vezes, Hipólito, segundo ele, até defendia os irmãos Sousa Coutinho. Rizzini destaca:

Nos 21 números do Correio, publicado até março de 1810, não se encontra justificativa para o alarmante ofício de diplomata. Não há neles ataques a pessoas nem apologias a pedreiros-livres. No ns. 15 e 16 aparece moderada análise do filheto do Pe. Agostinho contra a Maçonaria. Os discursos sobre cortes são uma longa digressão acerca das Constituições inglesa e portuguesa. Linhares é nesses números frequentemente elogiado. Funchal é até defendido, à parte críticas no caso das presas³ (...) (RIZZINI, 1957, p.33)

Além de Santos, podemos destacar também dois autores que tiveram como foco a vida de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e que traz detalhes também sobre a vida de D. Domingos. Trata-se de Andree Mansuy Diniz-Silva e do 3º Conde de Funchal.

Mansuy dentre tantos outros dados traz também um aparato sobre a vida da família Sousa Coutinho que nos ajuda a perceber sua composição familiar. Como exemplo, podemos citar que Silva destaca que D. Francisco Inocêncio tinha como prioridade a formação escolar de seus filhos. Algumas correspondências trocadas entre D. Francisco e seu filho mais velho, Rodrigo, deixam isso claro. Por manter-se distante, devido às suas colocações profissionais, seus filhos foram, praticamente, criados pela mãe e pela avó paterna.

Os filhos mais jovens contaram também com a criação do irmão mais velho, que, por sua vez, parecia estar a cargo da educação de seus irmãos. As correspondências, geralmente

² Carta de D. Domingos Antonio de Souza Coutinho dirigida ao Conde de Linhares, datada de Londres em 10 de maio de 1809: ANTT. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Legação de Portugal na Inglaterra, Caixa 728.

³ “O Caso das presas” segundo RIZZINI refere-se a possível “lisura de Funchal à testa da Administração da Real Fazenda de Londres, muito se comentando o desaparecimento de parte de uma remessa de diamantes, ida do Rio”



direcionadas ao filho mais velho, possuíam teor indicativo de decisões a serem tomadas em relação à vida dos mais novos. Em uma correspondência datada de 1775, por exemplo, D. Francisco Inocência dava as seguintes instruções:

Enfim, tu vais a ser um grande homem, e sê-lo publicamente mais tarde; não importa nada, com tanto que o tempo que mediar se aproveite. E isto He o que tu belissimamente fazes, pela excelente resolução que me comunicas de ir para Coimbra, onde a ocupação te dissipará a tristeza, e aonde serás de um grande socorro a teus irmãos, e tua Mãe facilitará todos os meios que forem necessários à tua jornada e assistência, na forma que lhe escrevo. Devo só dizer-te que evites a menor história, por não dar esta satisfação aos teus inimigos, e que dirijas o Domingos pelo caminho que te parecer mais seguro, e melhor.⁴ (RIZZINI, 1957)

Nesta carta, D. Francisco Inocência parecia deixar nas mãos de D. Rodrigo não apenas as decisões tomadas acerca de sua vida, como também a de D. Domingos. Um ano depois, ele cobrou do filho mais velho um esforço maior para que D. Domingos entrasse na Universidade de Coimbra. Em 1776, D. Rodrigo revelou ao pai sua dúvida quanto a continuar ou não seus estudos na Universidade de Coimbra. D. Francisco o deixara livre para tomar tal decisão, mas o instruíu no sentido de trabalhar para que D. Domingos fosse matriculado na Universidade no mesmo ano.⁵

O 3º Marquês de Funchal escreveu uma biografia do Conde de Linhares em 1908, ele era descendente direto de D. Rodrigo. Funchal⁶ que também traz um estudo genealógico da família Sousa Coutinho, exalta as qualidades de D. Rodrigo, com um tom bastante entusiasta de quem muito admira seu biografado. Para isso, Agostinho de Sousa Coutinho mobiliza diversas fontes referentes à família Sousa Coutinho.

Nesta obra, é possível ter acesso, por exemplo, ao documento que dá a D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho o título nobiliárquico de Conde de Funchal da Coroa Portuguesa em 8 de junho de 1808.

Dom João, & faço saber aos que esta Minha Carta virem, que tendo presentes os distintos serviços, que Dom Domingos Antônio de Sousa Coutinho. Me tem feito nas importantes comissões de que o Tenho encarregado nas Cortês de Dinamarca, Turim, E Londres, em que reside como Embaixador Extraordinário, dando de si toda satisfação: E querendo dar-lhe uma publica significação de reconhecimento e aprovação de tão importantes serviços; hey por bem promovê-lo à Grandeza com o título de Conde de Funchal, em sua

⁴ Carta de D. Francisco Inocência a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Santo Ildefonso, 07/09/ 1775. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. p. 318.

⁵ Carta de D. Francisco Inocência a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Madri, 12/07/1776. In: SILVA, André Mansuy-Diniz. p. 320.

⁶ Como D. Domingos não se casou e não teve filhos, seu título de Marquês passou para sua sobrinha, Gabriela de Sousa Coutinho, filha de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

vida. E quero, e Mando, que o referido Dom Domingos Antonio de Sousa Coutinho se chame Conde de Funchal, e que com o dicto título, goze de todas as honras, preeminentes, prerrogativas, inzenções.(...) E com o referido título haverá o assentamento que lhe pertencer, de que pelo Conselho da Minha Real Fazenda se lhe passará que dicto He lhe Mandei das esta carta por mim assignada, passada pela Chancellaria, e Sellada com Sello pendente das Minhas Armas.⁷ (FUNCHAL, 1908)

Neste artigo, propus-me a tratar de alguns autores que abordaram de alguma forma D. Domingos em seus estudos, sendo eles contemporâneos ou não. Obviamente, a abordagem memorialística difere da historiográfica e o que podemos perceber é que o pano de fundo está nas relações sociais que D. Domingos teve com os personagens estudados por estes autores. Seja por se tratar de uma memória de indivíduos que viveram à sua época seja por estudiosos que estudaram suas relações, as vezes, mais conflituosas, como no caso de Hipólito da Costa. Além disso, um outro viés pode ser trazido à tona. Como Domingos esteve ativo tanto como negociador quanto como observador no período de incertezas na Europa do início do XIX, seus escritos, seus quadros políticos trazem um bom aparato para entender o contexto da época. Neste caso, podemos trazer a obra de Valentim Alexandre, uma obra clássica acerca das relações exteriores portuguesas, analisando a ruptura do sistema luso-brasileiro.

Valentim Alexandre aborda a política externa portuguesa do início do século XIX na qual D. Domingos, bem como seu irmão, tiveram uma participação ativa após o retorno do partido inglês no poder na corte portuguesa. A política externa portuguesa manteve-se nas mãos dos anglófilos até 1803, através das políticas de Luís Pinto de Sousa Coutinho, então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e de D. João de Almeida de Melo e Castro,⁸ antigo embaixador em Londres, fortemente influenciados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Existiu, a partir desse momento, uma troca em que ora anglófilos eram beneficiados ora francófilos. A partir de 1803, o partido inglês saiu do poder, tendo sido substituído pelos “partidários dos franceses”.(ALEXANDRE, 2002) A partir de 1808 o partido inglês retomou seu poder diante da Corte Portuguesa, isso, pois o Príncipe Regente necessitava de alguém com maior prestígio na corte londrina, simpatia nem um pouco cativada por Antônio de Araújo de Azevedo. Mas outro fator trouxe D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao poder e o partido inglês com ele; a relação íntima e familiar que possuía em Londres, onde D. Domingos se encontrava.

⁷ Título de Conde de Funchal registrado nas folhas 2 v.º e 3 do Livro 21 do Registro Geral das Mercês. In: FUNCHAL, Marquês de. *O conde de Linhares*. Editora Thesaurus, 1908.

⁸ D. João de Almeida, posteriormente Conde das Galveias.



De fato, ele poderia ter perdido o cargo para outro partidário dos ingleses, D. João de Almeida se não fosse a aproximação familiar que tinha na capital britânica.

Jorge Pedreira e Fernando Dores da Costa afirmam que a influência de D. Domingos em Londres contribuiu para ascensão de seu irmão na nova sede da corte. (PEDREIRA & COSTA, 2008, P. 221) A relação entre esses dois integrantes da Família Sousa Coutinho contou também com o apoio do Lord Strangford, com quem D. Domingos soube cultivar uma boa amizade. Por vezes, estes três homens combinavam suas ações entre si, visando influenciar, de um lado, o príncipe regente e, de outro, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra. Segundo Valentim Alexandre:

Strangford, ao mesmo tempo que aconselhava D. Domingos sobre o modo de escrever os seus ofícios de forma a agradarem a D. João, bem como sobre a melhor maneira de tratar com Canning, pedia-lhe mais uma vez que procurasse favorecê-lo no espírito do ministro britânico, enquanto por seu lado, recomendava o mesmo D. Domingos a D. João. (ALEXANDRE, 2002, P. 176)

D. Domingos e D. Rodrigo teciam relações interessantes, e cada um deles era um ponto de apoio. No jogo de posições, D. Rodrigo conseguiu através de suas relações fazer com que outro irmão, o Principal Sousa, se tornasse integrante do conselho dos Governadores do Reino em 1810 e que Pedro de Sousa Holstein (que, mais tarde, seria o Conde, Marquês e Duque de Palmela) ocupasse o lugar de plenipotenciário português junto do governo espanhol de Cadiz (IDEM, P. 177). Cada qual ocupava um lugar importante e estratégico para que seus interesses fossem prontamente atendidos. Do momento em questão até a morte de D. Rodrigo de Sousa Coutinho em 1812, os anglófilos exerceram certa hegemonia frente à administração portuguesa.

Esta comunicação não esgota por si só toda a abordagem historiográfica sobre D. Domingos, pelo contrário, ela dá uma breve visão de uma pesquisa mais aprofundada. O fato é que a posição tomada por D. Domingos nestas obras é a de quem compõe um quebra-cabeça ou uma peça de xadrez que faz parte do tabuleiro. Em geral, se tem a visão do todo do qual ele faz parte, mas torna-se interessante também focar na parte, ou seja, priorizá-lo enquanto foco de um estudo.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa. Edições Afrontamento, 1992.



CARVALHO, José Liberato Freire. *Memórias da vida de José Liberato*. Tipografia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855.

CARVALHO, Debora Cristina Alexandre B. M. Um diplomata português na corte de Londres (1807-1810). Dissertação de Mestrado, UFJF, 2011.

FUNCHAL, Marquês de. *O conde de Linhares*. Editora Thesaurus, 1908.

GUIMARÃES, Argeu. Dicionário Bio-Biográfico Brasileiro de diplomacia, política externa e Direito Internacional. Ed. do Autor. Rio de Janeiro, 1939.

FRONTEIRA, Marquês da. *Memórias do Marquês de Fronteira e d' Alorna*. D. José Tranzimundo Mascarenhas Barreto. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

MELLO, Evaldo Cabral. Um imenso Portugal. São Paulo. Editora 34, 2002.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes - A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.

_____. O *Ethos* Nobiliárquico no final do Antigo Regime. In: *Almanack braziliense*. Número 2, novembro de 2005.

_____ e CARDIM, Pedro. La *Diplomacia Portuguesa durante el Antiguo Régimen*. Perfil sociológico y trayectorias. *Cuadernos de Historia Moderna*, 2005, 30, 7-40.

_____. *D. José*. 1 ed. Rio de Mouro, 2006.

PAULA, Sergio Goes de. E LIMA, Patrícia Souza Lima. Os paradoxos da Liberdade. In: *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*, vol. XXX – São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Brasília, DF : *Correio Braziliense*, 2002. p. 111-159.

PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI, um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: Pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'Etat : D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian; 2002-2006.

SILVA, Daniel Evelin da. *Pelo Prisma de Stendhal: a reconstrução da França oitocentista a partir de seus romances e memórias (1796-1842)*. In: Relatório de qualificação apresentado à banca. Juiz de Fora, UFJF, 2015.



VIANNA, Hélio. *Um diplomata português neto de brasileira. Conde e Marquês de Funchal.*

In: *Jornal do Comércio*, 1957

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa. Editora Zairol, 1989, Vol 2V.